



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Físico nº: **0013823-41.2013.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Seguro**
 Requerente: **Edison Aparecido Soares**
 Requerido: **Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A**

Justiça Gratuita

Juiz de Direito: **Dr. Marcelo Luiz Seixas Cabral**

Vistos.

EDISON APARECIDO SOARES ajuíza a presente demanda de cobrança de indenização securitária (DPVAT) contra **PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS**, substituída nos autos por **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT**. Alega o autor, em síntese, que em 17/09/2007 houve acidente de trânsito no qual sofreu lesões corporais graves, resultando a sua invalidez. Assevera, ainda, que recebeu a importância de R\$ 4.725,00, a título de indenização, pela via administrativa. Pleiteia o recebimento do valor legal máximo da indenização (R\$ 13.500,00), descontado o valor já recebido.

Com a inicial foram encartados os documentos de fls. 07/15.

Gratuidade concedida (fl. 16).

A ré, citada (fl. 18), apresentou resposta na forma de contestação (fls. 20/70), juntamente com a Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT. Preliminarmente, alegou-se a ilegitimidade passiva, sustentando que deva permanecer no polo passivo apenas a segunda contestante. Também foi alegada a ausência do exame do IML. No mérito, argumentou-se pela prescrição; que já houve o pagamento e quitação pela via administrativa; que o pagamento deve ser proporcional e se ater à lei.

Veio réplica do autor (fls. 75/79).

Às fls. 80, a ré Porto Seguro Cia de Seguros Gerais foi excluída da lide, sendo substituída pela Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT, que compareceu espontaneamente nos autos.

A Santa Casa de Misericórdia de São Carlos informou que houve



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

atendimento médico do autor (fls. 124/128).

Laudo Pericial às fls. 150/155.

Manifestação das partes às fls. 159/163 e 165/171.

É o relatório.
Fundamento e Decido.

Nos termos do artigo 330, inciso I, do Código de Processo Civil, a presente demanda comporta julgamento no estado em que se encontra, já colhidas as provas necessárias e demonstrado os fatos ocorridos.

A preliminar de ilegitimidade passiva já foi decidida à fl. 80.

Todos os documentos necessários foram juntados aos autos, não sendo o caso de carência.

A alegação de que não foi juntado o exame do Instituto Médico Legal não prospera, pois esse documento não é imprescindível para a causa, haja vista que o conjunto probatório supre sua falta.

Já sobre o fenômeno da prescrição, seu prazo é trienal (súmula nº 405 STJ e art. 206, §3º, inciso IX, do Código Civil). No presente caso, o acidente se deu em 17/09/2007, conforme cópia do boletim de ocorrência (fls. 13/14); a ação somente foi ajuizada em 26/07/2013.

Entretanto, não se olvida que o prazo de prescrição somente deve ter a sua contagem iniciada a partir de quando se tem ciência da invalidez (Súmula nº 278 STJ). Ocorre que os elementos dos autos apontam que o autor teve ciência apenas em 08/02/2013, a partir de quando deve ser iniciado o prazo prescricional.

Não é possível considerar a data do acidente como termo inicial, posto que as lesões decorrentes do sinistro demandam tempo de tratamento e de recuperação, até que seja possível a constatação de eventuais sequelas incapacitantes permanentes.

Em tal sentido, cito as bem lançadas conclusões a esse respeito, formuladas pela ilustre Desembargadora Berenice Marcondes Cesar, expostas no bojo do V. Acórdão proferido nos autos da Apelação número 0004736-81.2012.8.26.0506 da 28ª. Câmara de Direito Privado:



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

2ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

“Na hipótese dos autos, que trata de cobrança de indenização securitária fundada no seguro DPVAT, observa-se que a ação foi ajuizada em 27.JAN.2012 (fl. 02), tendo o fato desencadeador do direito do Autor ocorrido em 05.ABR.2007 (fls. 11/13 boletim de ocorrência), na vigência do Código Civil de 2002.

Quanto à prescrição inculpada no Código Civil vigente, a jurisprudência firmou-se no sentido de que, em situações como a dos autos, trata-se de seguro de responsabilidade civil obrigatória, sendo o prazo prescricional de três anos, com aplicação do art. 206, § 3º, IX, do CC/2002 (...) impende destacar que o prazo prescricional iniciou-se na data da elaboração do laudo médico”.

Para se aferir o momento da ciência da invalidez, a Jurisprudência tem adotado como critérios a perícia médica em Juízo, o laudo produzido pelo Instituto Médico Legal, a concessão de aposentadoria por invalidez, dentre outros. Nesse sentido, foi decidido pelo C. Superior Tribunal de Justiça em sede de recurso repetitivo, à luz do art. 543-C do CPC, na análise do REsp nº 1.388.030/MG. Observem-se as teses firmadas pelo C. Superior Tribunal de Justiça para fins do art. 543-C do CPC, no julgamento do recurso mencionado:

“I. O termo inicial do prazo prescricional, na ação de indenização, é a data em que o segurado teve ciência inequívoca do caráter permanente da invalidez.

II. Exceto nos casos de invalidez permanente notória, a ciência inequívoca do caráter permanente da invalidez depende de laudo médico, sendo relativa a presunção de ciência.” (REsp 1388030/MG, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 11/06/2014, DJe 01/08/2014)”

Portanto, quando do ajuizamento da demanda ainda não havia decorrido o prazo trienal. À míngua de outros elementos, deve ser considerado como termo “a quo” aquele confessado e comprovado pelo autor, i. e., 08/02/13, frente o relatório médico de fl. 15. Nem mesmo o pedido administrativo interfere no início do prazo, uma vez que superveniente a ele, apenas suspendendo sua fluência até o pagamento já feito.

Sobre o tema, confira-se ainda:

“Prescrição. Seguro Obrigatório (DPVAT). Ação de cobrança de indenização. Prazo trienal que se inicia apenas com a ciência inequívoca da incapacidade laborativa e se suspende com o pleito administrativo pelo segurado, apenas se reiniciando após formal cientificação da recusa de cobertura pela seguradora. Prescrição inócurente. Recurso provido” (TJ/SP - Ap. Cív. 1.109.765-0/9 - 35ª Câmara. Dir. Priv. - Rel. Des. CARLOS



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

2ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

VIEIRA VON ADAMEK - j. 25.6.2007);

“COBRANÇA - SEGURO OBRIGATÓRIO - PRESCRIÇÃO - TERMO INICIAL - Data em que o segurado toma conhecimento da invalidez permanente decorrente de acidente de trânsito Necessidade de produção de prova pericial - Preliminar rejeitada Sentença Anulada - Recurso Provido” (TJ/SP - Ap. Cível nº 1047559- 0/6, 27º Câmara. Dir. Priv. Rel. ERICKSON GAVAZZA MARQUES j. 26/05/09);

“SEGURO DPVAT - PRESCRIÇÃO 'TERMO A QUO' CIÊNCIA INEQUÍVOCA DA INVALIDEZ RECURSO PROVIDO PARA ANULAR A SENTENÇA. O prazo prescricional para haver o pagamento do seguro obrigatório por invalidez permanente tem como termo 'a quo' a data em que o segurado teve ciência inequívoca da sua incapacitação e de sua extensão, descabendo a contagem a partir da data do acidente que a ocasionou” (TJ/SP- AP. Cível nº 1164567- 0/7- 26º Câmara. Dir. Priv. Rel. RENATO SARTORELLI j. 28/04/09).

Pois bem.

Restou evidenciada a incapacidade parcial e permanente do autor para o trabalho, o que foi constatado pelo laudo pericial de fls. 150/155, que também reconheceu o nexo de causalidade entre o acidente automobilístico e as sequelas.

Acerca da incapacidade, o perito médico a aferiu em 17,5%, devendo ser a indenização proporcional ao grau verificado, e isso levando em consideração o valor máximo para casos semelhantes.

Compulsando os autos, observa-se que o sinistro ocorreu em 17 de setembro de 2007.

A lei nº 6.194/74 disciplina a graduação das lesões sofridas para o pagamento do seguro DPVAT, fixando o montante indenizatório em até R\$ 13.500,00 para o caso de invalidez permanente.

Portanto, importa asseverar que a indenização a que faz jus o requerente deve ser calculada conforme a tabela presente no anexo da Lei nº 6.194/74, que fixa o montante indenizatório de acordo com a espécie e graduação das lesões sofridas pelas vítimas de danos pessoais.

O valor, portanto, corresponde a 17,5% (fl. 154) do que seria cabível em caso de invalidez total (R\$ 13.500,00), ou seja, R\$ 2.362,50, valoração esta bem delineada pelo *expert*, à qual se acolhe.

São despiciendo maiores argumentos para afastar as alegações feitas pelo



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

autor. Cito ainda:

CIVIL E PROCESSUAL. RECURSO ESPECIAL. DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE PARCIAL. PAGAMENTO PROPORCIONAL DO SEGURO. POSSIBILIDADE. TABELA PARA CÁLCULO DE INVALIDEZ. SALÁRIO MÍNIMO. EQUIVALÊNCIA. RECURSO NÃO CONHECIDO. I. Em caso de invalidez parcial, o pagamento do seguro DPVAT deve, por igual, observar a respectiva proporcionalidade. II. A extensão da lesão e grau de invalidez determinado pela Corte local exige o reexame do conjunto fático-probatório dos autos. III. Recurso não conhecido. (REsp 1119614/RS, Rel. Ministro ALDIR PASSARINHO JÚNIOR, QUARTA TURMA, julgado em 04/08/2009, DJe 31/08/2009, RSTJ vol. 216 p. 537).

Ocorre que o autor já recebeu quantia superior pela via administrativa, conforme restou incontroverso nos autos, não havendo, assim, mais nada a receber.

Diante do exposto, **JULGO IMPROCEDENTE** o pedido inicial, extinguindo o feito com resolução do mérito, com fundamento no artigo 269, inciso I, do Código de Processo Civil.

Arcará o autor com as custas, despesas processuais e honorários advocatícios, que fixo em R\$ 1.000,00 (art. 20, §4º, dop CPC).

Oportunamente, archive-se o feito.

P.R.I.

São Carlos, 09 de novembro de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**